

V ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO II

CARINA DEOLINDA DA SILVA LOPES

PAULO JOVINIANO ALVARES DOS PRAZERES

RAYSSA RODRIGUES MENEGHETTI

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Diretora Executiva - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - UNIVEM/FMU - São Paulo

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Representante Discente: Prof. Dra. Sinara Lacerda Andrade - UNIMAR/FEPODI - São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - ESDHC - Minas Gerais

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM - Rio de Janeiro

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - Ceará

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Daniela Marques De Moraes - UNB - Distrito Federal

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM - São Paulo

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie - São Paulo

Comunicação:

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - Paraíba

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro - UNOESC - Santa Catarina

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Prof. Dr. José Barroso Filho - ENAJUM

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - São Paulo

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - Paraná

Eventos:

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - Minas Gerais

Profa. Dra. Cinthia Obladen de Almendra Freitas - PUC - Paraná

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - Mato Grosso do Sul

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UMICAP - Pernambuco

G326

Gênero, sexualidades e direito II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Carina Deolinda Da Silva Lopes; Paulo Joviniano Alvares dos Prazeres; Rayssa Rodrigues Meneghetti. – Florianópolis: CONPEDI, 2022.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-531-7

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Inovação, Direito e Sustentabilidade.

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais – Anais de pôsteres. 2. Gênero. 3. Sexualidades. V Encontro Virtual do CONPEDI (1: 2022 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



Conselho Nacional de Pesquisa
e Pós-Graduação em Direito Florianópolis
Santa Catarina – Brasil
www.conpedi.org.br

V ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO II

Apresentação

No dia 16 de junho de 2022 foram apresentados os pôsteres na sala intitulada GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO II, coordenada pelos professores Rayssa Meneghetti, Carina Lopes e Paulo Joviniano.

Com a finalidade de manter a qualidade na realização de eventos e o comprometimento com a educação e com a pesquisa, a V edição virtual do CONPEDI, que trouxe o tema “Inovação, Direito e Sustentabilidade”, contou com uma equipe talentosa e dedicada, que não mediu esforços para que o evento fosse um sucesso nacional, mais uma vez.

A iniciativa do CONPEDI de criar o espaço de apresentação e publicação de pôsteres é incluyente e democrática, visto que foi criado para acolher os alunos de graduação, ainda em fase de iniciação científica. Esse espaço de diálogo e interlocução incentiva a oxigenação das ideias no meio acadêmico e o pensamento crítico. Vale lembrar que, educação é resistência. A educação empodera e ressignifica os conceitos e os espaços, o que torna ainda mais importante a inclusão dos graduandos neste cenário.

Após a aprovação dos trabalhos e a valiosa experiência de apresentações, que proporcionou rica troca de conhecimento entre pesquisadores de várias localidades do Brasil, passa-se à apresentação os 12 (doze) pôsteres que compõem esta publicação, com notável rigor técnico e qualidade acadêmica.

O primeiro trabalho, MASCULINIDADES E CHACINHAS: Uma análise das Chacina de Belém sob a ótica das masculinidades, do autor Francisco Assis dos Santos Neto, apresentou dados sobre as vítimas das chacinas na capital do Estado do Pará, em sua maioria pobres e negros. O propósito foi esclarecer que as masculinidades subalternas sofrem muito mais violências quando comparadas aos demais homens em situação de poder, prestígios e privilégios. As considerações finais dão conta de que os protagonistas das chacinas são majoritariamente homens, tanto os executores, quanto as vítimas.

O segundo trabalho, NECROPOLÍTICA HOMOSSEXUAL E A BANALIZAÇÃO DOS CORPOS MORTOS LGBTQ+, da autora Gabriella de Almeida Coelho, sob a orientação do prof. Vladimir Brega Filho, afirmou que o Estado está ciente da problemática de mortes da população LGBTQ+ e, ainda assim, alguns representantes emitem discursos de ódio que potencializam e legitimam a violência contra esses corpos, esmorecendo a pouca proteção e

segurança alcançada por esses grupos ao longo da história.

A terceira pesquisa, sobre O SUFRÁGIO FEMININO TARDIO E SEUS IMPACTOS NA ATUAL POLÍTICA BRASILEIRA, da autora Bruna Santana da Encarnação, visou apresentar a precariedade da representatividade feminina e o que pode ser feito para mudar esse panorama. O sufrágio feminino é o principal mecanismo das mulheres para ter os seus direitos e interesses representados na política. Há uma disparidade enorme entre o número de mulheres que votam e o número das mulheres que preenchem os cargos públicos, consequência do machismo estrutural. É essencial que o Estado promova políticas públicas para que as mulheres preencham efetivamente cargos importantes no cenário nacional.

A quarta apresentação foi sobre ÓRFÃOS DO FEMINICÍDIO NA JURISPRUDÊNCIA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARÁ, das autoras Emy Hannah Ribeiro Mafra e Jessica Katharine Gomes Marques, que apresentaram dados sobre os casos de feminicídio que deixaram crianças órfãs e quais são as iniciativas estatais e o comprometimento com a assistência dessas crianças, bem como quais são as perspectivas de futuro desses órfãos. De acordo com dados, no ano de 2021 ocorreram 1319 casos de feminicídios no Brasil, ou seja, uma mulher foi morta a cada sete horas, o que justifica a importância da pesquisa.

Em seguida, OS 15 ANOS DA LEI MARIA DA PENHA E A JURISPRUDÊNCIA DO STF: EM BUSCA DA EFETIVIDADE DOS DIREITOS DAS MULHERES, dos autores Talita Fernanda Oliveira Almeida e Cristiano dos Anjos Lopes, expôs que, a despeito dos avanços que visam erradicar os delitos cometidos contra mulheres, as medidas legais adotadas ainda não são plenamente efetivas para essa finalidade, o que leva à reflexão sobre a credibilidade da própria lei e das decisões judiciais proferidas nesses casos.

O trabalho sobre OS EFEITOS DA ADO 26, STF E À APLICABILIDADE DA LEI MARIA DA PENHA EM FAVOR DAS MULHERES TRANS, dos autores Adriana Sant'Anna Coningham e Mário Novaes de Campos, lembrou que diversas pesquisas mostram que o Brasil é o país que mais mata pessoas LGBTQIA+ e que há profunda demanda de proteção por integrantes desses grupos. Ainda há muita fragilidade legislativa e das decisões judiciais, de modo o que viver no Brasil se torna muito nocivo para a população LGBTQIA+, especialmente para os corpos trans, sejam eles masculinos ou femininos. Há, inclusive, grande ausência de delegacias especializadas para atender essas demandas.

O trabalho seguinte provocou com a pergunta: POR QUE ELAS NÃO DENUNCIAM? O peso das dinâmicas sociais na subnotificação de casos de violência doméstica na região serrana do estado do Espírito Santo, das autoras Bárbara Lempé Alonso Scardua e Amanda Rodrigues Tonoli, sob a orientação do prof. João Vitor Gomes Pinto, apresentou, como

resposta à pergunta, que o medo das mulheres permeia as relações sociais, apesar da insatisfação do posicionamento machista na sociedade, o que demanda uma reforma estrutural. Via de regra, as denúncias levam à estigmatização e à revitimização pelas próprias autoridades e familiares. Ademais, pela falta de conhecimento, as mulheres da região pesquisada entendem como violência doméstica apenas as agressões físicas.

A pesquisa REFLEXÕES E URGÊNCIAS ACERCA DA EFETIVA GARANTIA DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DO DIREITO À SAÚDE PARA MULHERES: análise a partir do fenômeno da pobreza menstrual, da autora Isadora Lage Carvalho, sob a orientação do prof. Thiago Allisson Cardoso De Jesus, ensinou que, apesar das garantias constitucionais e internacionais e da responsabilização dos entes federativos no que tange ao direito à saúde, o sistema de saúde exclui populações vulneráveis. O trabalho apresentou exemplo da referida exclusão em razão do gênero: a ausência de atenção às necessidades básicas de saúde das mulheres, que gerou o conceito de “pobreza menstrual”. O problema engloba, além da falta de absorvente, outros itens de extrema necessidade à saúde e higiene, e, muitas vezes, até mesmo a falta de água. Além de se tratar de uma questão de gênero, é também um problema socioeconômico que afeta sobremaneira as mulheres mais pobres.

Logo após, foi apresentado o trabalho acerca da SAÚDE INTEGRAL DE TRANSEXUAIS E TRAVESTIS: desafios no acesso ao SUS no município de Petrópolis/RJ, do autor Kevyn Batista Vilians. Os resultados foram alcançados especialmente a partir de entrevistas com profissionais que trabalham diretamente com a população trans no município de Petrópolis/RJ. Evidenciou-se um despreparo técnico nas equipes de saúde, bem como falta de apoio institucional de gestores públicos na criação e divulgação de protocolos de atendimento.

A inovadora pesquisa sobre a TEORIA ECOFEMINISTA E VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL E NO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS, dos autores Júlia Lourenço Maneschy e Murilo Amaral Feitosa, ensinou que o termo surgiu através de um movimento feminista na França, em 1970, com o intuito de apontar a existência de uma dominação do homem sobre a mulher e a natureza. Os pesquisadores apresentaram casos que ocorreram no Brasil, que provocam um desequilíbrio significativo de papéis de homens e mulheres na natureza e demonstraram que as formas de domínio e violência se perpetuam e remontam modelos de colonização americanos que ratificam a inferiorização das mulheres.

Em seguida, foi apresentada UMA ANÁLISE DOS (DES)CAMINHOS TRAÇADOS PELA COMUNIDADE LGBTQ+ EM UMA PERSPECTIVA DE UTOPIA DA DEMODIVERSIDADE, da autora Camila Maria Amorim Galvão de Magalhães, sob a orientação do prof. Thiago Allisson Cardoso De Jesus. A autora explicou que a demodiversidade é um conceito trazido por Boaventura de Sousa Santos e trata-se de uma proposta de democratização da democracia, visto que, via de regra, a democracia não alcança

a todos e que as minorias e grupos vulneráveis muitas vezes não estão efetivamente incluídos no paradigma democrático. No caso das comunidades LGBTQ+ existe a naturalização do discurso de ódio, seguida de evidente corrupção do sistema de punição dos agressores. A participação efetiva dessa comunidade da construção da democracia seria capaz de minimizar as violências e os riscos sofridos.

Por fim, o trabalho intitulado CÓDIGO COVID-19: a violência doméstica contra a mulher em tempo de pandemia, da autora Juliete Da Cunha Duarte, abordou a questão das diversas formas de violência contra a mulher nos espaços de suas relações e o significativo aumento em relação ao momento pandêmico que vivemos, abordando com ênfase nos diversos códigos e formas de comunicação que foram viabilizados para denunciar a violência doméstica.

Os autores usaram, como referências para a construção de seus textos, grandes nomes da literatura jurídica nacional e internacional, além da interdisciplinaridade com profundas obras de filosofia, sociologia e outros. Todos os pôsteres apresentados evidenciam o brilhantismo e a preocupação dessa geração de pesquisadores com problemas contemporâneos, o que certamente garante à comunidade científica uma ótima leitura do material publicado.

Profa. Rayssa Rodrigues Meneghetti – Universidade de Itaúna (UIT/MG)

Profa. Carina Deolinda da Silva Lopes – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ)

Prof. Paulo Joviniano Alvares dos Prazeres – UNICAP - Universidade Católica de Pernambuco

Teoria ecofeminista e violência de Gênero no Brasil e no Sistema Interamericano de Direitos Humanos

Natalia Mascarenhas Simões Bentes¹

Júlia Lourenço Maneschy

Murilo Amaral Feitosa

Resumo

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa à análise de abordagens filosóficas acerca do ecofeminismo ou feminismo ecológico, demonstrando uma possível relação entre a opressão masculina sobre a natureza e sobre as mulheres, a fim de responder de que maneira essa dominação pode legitimar a violência de grupos oprimidos, de modo a perpetuar um sistema de instituições comandadas essencialmente por homens brancos, em detrimento das mulheres e da natureza. Além das teorias de filósofas ecofeministas, observam-se as violências perpetradas no Brasil e no Sistema Interamericano de Direitos Humanos, a partir de relatórios da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), tendo em vista a relação entre as violências sofridas pelas mulheres latinas, advindas do colonialismo europeu.

PROBLEMA DE PESQUISA: Em que medida o ecofeminismo pode funcionar como instrumento teórico capaz de compreender as interconexões entre as violências sofridas pelas mulheres e pela natureza, a partir da análise do Brasil e do Sistema Interamericano de Direitos Humanos?

OBJETIVO: Investigar como o ecofeminismo pode funcionar como instrumento teórico capaz de compreender as interconexões entre as violências sofridas pelas mulheres e pela natureza, a partir da análise de dados, relatórios e sentenças do Brasil e do Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

MÉTODO: Metodologicamente, o trabalho será realizado por meio de pesquisa bibliográfica e documental de abordagem qualitativa, através do método dedutivo, por meio de pesquisa teórica, especialmente de livros, artigos científicos, dissertações e relatórios.

RESULTADOS ALCANÇADOS: O termo ecofeminismo surgiu em 1970, na França, através de um movimento político, no qual Françoise d'Eaubonne criou o termo *ecological feminism* com o intuito de iniciar uma chamada revolução ecológica. Essa revolução estaria baseada essencialmente na afirmação de que existem inúmeras conexões entre a dominação das mulheres e a dominação da natureza. Para debater essas questões, são utilizadas as obras de Karen Warren (2000) e Vandana Shiva e Maria Mies (2014), bem como um estudo do Brasil e

¹ Orientador(a) do trabalho/resumo científico

do Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

Primeiramente, analisa-se a perspectiva de Karen Warren (2000), a qual observa que existe uma relação entre a dominação do homem sobre a mulher e sobre a natureza e identifica vários tipos de interconexões entre essa dominação. Ademais, aponta que as mulheres são desvalorizadas porque são mais próximas à natureza e os homens mais próximos à cultura, então assim como a cultura controla a natureza, os homens controlam as mulheres (WARREN, 2000). Posteriormente, para compreender a perspectiva decolonial do feminismo ecológico, a qual deve ser aplicada no Brasil, são analisadas as proposições de Vandana Shiva e Maria Mies (2014), as quais afirmam que o feminismo deve ser pós-colonialista, no sentido de superar o eurocentrismo ecológico e a ideia de instrumentalização e coisificação do meio ambiente e, para isso, oferecem uma proposta interseccional, abarcando gênero, raça e classe, que ultrapasse o capitalismo branco e patriarcal, pois afirmam que este, da mesma forma que invade, objetifica, usurpa e instrumentaliza o corpo feminino, o faz em relação ao meio ambiente e aos seres não-humanos (SHIVA; MIES, 2014).

Após esse apontamento teórico, é importante demonstrar o quanto os problemas causados pela exploração indevida da natureza, prejudicam especialmente as mulheres no Brasil. Na Amazônia, é possível observar o quanto o desmatamento e os demais problemas causados pela exploração indevida da natureza, afetam mulheres indígenas. Um exemplo a ser mencionado, são as chamadas “guerreiras da Amazônia”, patrulhas lideradas por mulheres indígenas para impedir que madeireiros entrem em seus territórios e estas afirmam “por que tomamos a iniciativa? Porque somos mães. Se não agirmos, não restará floresta em pé.” (GUAJAJARA, 2020, online). Ademais, a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) realizou um dos relatórios mais abrangentes e importantes relacionando as crises ambientais ao aumento da violência de gênero em muitos países. No relatório, publicado em 29/01/2020, no item que trata da prostituição forçada e do tráfico sexual nos setores mineiros, enfatiza-se que no Brasil as mulheres têm sido afetadas de forma desproporcional com a construção de represas, dando lugar a muitos casos de prostituição forçada e tráfico sexual (CAMEY et al., 2020, p. 125).

No que concerne ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos, o relatório da CIDH de 2019 sobre povos indígenas na Panamazônia exemplifica os apontamentos da CIDH em relação às situações de violência contra as mulheres indígenas, apontando que as atividades extrativistas oferecem oportunidades de trabalho para os homens, de modo que as mulheres das comunidades ficam encarregadas de todo o resto, isso permite que os homens se capacitem mais para exercer posições de liderança, implicando na sobrecarga de trabalho sobre as mulheres e, além disso, esse desequilíbrio de papéis aumenta ainda mais devido ao desaparecimento de espaços para cultivo, gerando a perda de alimentos e plantas medicinais que as mulheres mantêm para as famílias (OEA, 2019, p. 41).

Dito isso, conclui-se que a violência suportada pelas mulheres, tanto no Brasil quanto nos demais países latino-americanos, bem como a exploração dos recursos naturais, dos quais mulheres indígenas tanto necessitam, é latente. Formas de domínio permanecem se perpetuando em inúmeras esferas. E essas formas de violência, remontam ao modelo colonial implementado nos países latino-americanos que ratifica a ideia de supremacia de uns e de inferiorização de outros.

Palavras-chave: Violência de Gênero, Brasil, Sistema Interamericano de Direitos Humanos

Referências

CAMEY, I. et al. Vínculos entre la violencia de género y el medio ambiente: la violencia de la desigualdad. Wen, J. (Ed.). Gland, Suiza: UICN. 298pp.

MONGABAY BRASIL. Guerreiras da Amazônia mostram que a participação feminina na conservação pode frear o desmatamento. Conexão Planeta. Disponível em: <https://conexaoplaneta.com.br/blog/guerreiras-da-amazonia-mostram-que-a-participacao-feminina-na-conservacao-da-floresta-pode-frear-o-desmatamento/>. Acesso em: 04 mai. 2022.

OEA – ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Pueblos indígenas, comunidades afrodescendientes y recursos naturales: Protección de derechos humanos en el contexto de actividades de extracción, explotación y desarrollo. OEA/Ser.L/V/II. Doc 176. Washington, OEA, 2019.

SHIVA, Vandana; MIES, Maria. Ecofeminism. London: Zed Books, 2014.

WARREN, Karen. Ecofeminist Philosophy: A Western Perspective on What It Is and Why It Matters. Rowman & Littlefield Publishers, 2000.